



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8488 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A CATEGORIA MUNICÍPIO PEDAGÓGICO EM MINAS GERAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANÁLISE DAS FONTES E PERSPECTIVAS

Wenceslau Gonçalves Neto - UNIVERSIDADE DE UBERABA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq-FAPEMIG

A CATEGORIA MUNICÍPIO PEDAGÓGICO EM MINAS GERAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANÁLISE DAS FONTES E PERSPECTIVAS

Nas primeiras décadas republicanas, em Minas Gerais, presenciamos uma série de iniciativas por parte do governo estadual, na forma de seguidas reformas educacionais, sendo a mais destacada a do ano de 1906, identificada como reforma João Pinheiro, que instituiu o sistema de escola graduada, conhecido como dos grupos escolares. No entanto, o estado mineiro não foi o único agente nesse processo, da mesma forma, no nível local, diversas diligências ocorreram, promovidas pelas Câmaras Municipais, complementares, compensatórias ou mesmo antecipatórias à ação do estado, uma vez que em algumas localidades as leis de educação foram gestadas antes da legislação estadual.

E também encontramos nos municípios várias iniciativas de caráter privado, seja atendendo a conclamação dos poderes públicos, seja beneficiando-se de estímulos e subsídios disponibilizados pelos mesmos ou seguindo motivações pessoais ligadas à benemerência ou, ainda, na procura de contrabalançar a ausência educativa do poder público em seus espaços de atuação.

Pelo lado dos governos municipais, podemos ver, por exemplo, que a Câmara Municipal de Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929), que alcançara sua autonomia em 1888, tendo sua primeira edilidade instalada apenas em março de 1892, explicita uma preocupação decisiva pela instrução popular: as quatro primeiras leis da cidade, aprovadas pelos vereadores em 1892, ano em que as Câmaras são reabertas em Minas Gerais, após o período de Intendência instaurado com a República e as eleições realizadas posteriormente à promulgação da Constituição estadual de 1891, referem-se todas à educação: a lei n. 1, “Que dispõe sobre instrução pública” (22 de abril); a lei n. 2 (16 de junho), “Que dispõe sobre o regulamento escolar”; a lei n. 3, “Que dispõe sobre as aulas noturnas”; e a Lei n. 4, que “Dispõe sobre a divisão das zonas literarias dos districtos da cidade de Uberabinha” (essas duas últimas leis também são do mês de junho). Note-se que a Lei n. 41, que “Dá nova

organização á instrucção publica do Estado de Minas”, é de 03 de agosto de 1892, alguns meses, portanto, posterior à de Uberabinha. Chama-se a atenção, igualmente, para a anterioridade, superior a um ano, do regulamento escolar de Uberabinha em relação ao seu congênere mineiro, implementado por meio do Decreto n. 655, de 17 de outubro de 1893, do governo de Minas Gerais, que “Promulga o regulamento das escolas e instrucção primaria”.

Encontramos em Uberabinha, dessa forma, um “plano de educação”, caracterizando o município como um território pedagógico, preocupado com as questões educacionais que atingiam a população e não apenas à dimensão político-administrativa. O conceito de município pedagógico tem sido, provisoriamente, entendido por nós como uma entidade político-administrativa possibilitada no final do século XIX pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. No âmbito da crença no poder regenerador da educação e da difusão dos sistemas escolares, as elites locais fazem uso desse processo para a definição de uma identidade municipal e para a defesa de objetivos particulares.

Esta concepção tem nos motivado a avançar o estudo da formação do sistema de instrução pública no Brasil para além da análise estadual, estendendo essa investigação aos municípios (podendo conjugar também com a ação privada), inicialmente tomando Uberabinha como referência. Já há vários anos, porém, e pensando ainda num projeto de história da educação comparada, temos buscado identificar a categoria município pedagógico em outras localidades de Minas Gerais, em praticamente todas as mesorregiões do estado, expandindo o levantamento documental em cidades como Ouro Preto, Juiz de Fora, Araguari, Uberaba, Mariana, Paracatu, Montes Claros, Diamantina, Sacramento, Araxá, Patos de Minas, Serro, Rio Pomba, Teófilo Otoni (em Oliveira, Lavras, Frutal e Campanha os trabalhos de catalogação estão em fase de finalização), onde encontramos importantes conjuntos documentais (leis, decretos, projetos de lei, requerimentos, correspondências, discussões nas atas das Câmaras Municipais, imprensa, etc) que retratam os esforços pela instrução no contexto municipal. A escolha dos municípios tem sido feita observando-se o período de sua autonomia administrativa (anterior à República ou instalado nos primeiros anos após a proclamação), a existência e a disponibilidade de arquivos públicos ou acervos documentais e a dispersão geográfica, para se alcançar compreensão mais completa da atuação municipal na educação no interior do estado de Minas Gerais.

Os resultados têm nos levado a um repensar sobre o processo de difusão dos sistemas escolares de ensino na segunda metade do século XIX e início do século XX, chamando a atenção para o caráter também pedagógico do município em realidades diferenciadas do interior brasileiro, notadamente Minas Gerais, onde o estudo sobre Uberabinha (mas não apenas nele) identificou a centralidade da educação nas preocupações e ações da edilidade e também o concurso dos particulares. O limite temporal estabelecido foi, por um lado, 1889, com o início da República e, por outro, o ano de 1930, marcado pelo final da chamada Primeira República, que será seguido por transformações mais decisivas no cenário educacional brasileiro, inclusive, pela criação do Ministério da Educação. Deve-se observar, contudo, que essas datas são apenas referenciais, pois os estudos, para a compreensão adequada do objeto, estendem-se para as décadas anteriores à proclamação da República, da mesma forma que não se pode perder de vista as transformações por que passou o Brasil após 1930.

Em função dos resultados já alcançados, que corroboram boa parte de nossas hipóteses, propõe-se, neste trabalho, a retomada do debate e a promoção e/ou estímulo de análises complementares e/ou comparativas sobre as iniciativas pela instrução, seguidos de incursões mais específicas ou complementares de avaliação de fontes em outros municípios

ainda não divulgadas. Para a compreensão e interpretação dos dados, têm sido utilizadas categorias comuns de análise, para se aquilatar as proximidades e os distanciamentos na formação do município pedagógico nas diferentes localidades do estado. Essas categorias vêm sendo discutidas e aprimoradas nos últimos anos e permitem múltiplas “entradas” interpretativas. A documentação de quase todos os municípios pesquisados já se encontra catalogada e transcrita, pronta para utilização e a de outros com a transcrição em andamento. As fontes utilizadas originam-se dos arquivos públicos e das câmaras municipais, de bibliotecas, de acervos particulares e do Arquivo Público Mineiro, sediado em Belo Horizonte.

Pretende-se, nesta comunicação, descrever e analisar o potencial das fontes utilizadas no estudo da categoria município pedagógico no estado de Minas Gerais, na Primeira República, como os debates ocorridos nas câmaras municipais, os projetos educacionais locais e as reformas estaduais, os regulamentos escolares, as questões orçamentárias, as reivindicações populares, a imprensa, as correspondências oficiais, etc. Com isso, espera-se contribuir para a discussão em torno das fontes de pesquisa bem como chamar a atenção para a importância de documentações específicas para a compreensão do processo histórico de organização da instrução pública em Minas Gerais.

Palavras-Chave: Instrução pública. Município Pedagógico. Arquivos e Fontes. Minas Gerais. Primeira República.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea & MAGALHÃES, Justino (Org.). **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: FCT/Instituto de Educação-Universidade de Lisboa, 2014.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a história da educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006, p. 1-15.

GONCALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

GONCALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.